

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E
SAÚDE - INTS - CONTRATO DE GESTÃO
EMERGENCIAL N° 024/2020 SMS.G/CPCS -
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(Filial 35 - CNPJ 11.344.038/0020-60)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS - CONTRATO DE GESTÃO
EMERGENCIAL N° 024/2020 SMS.G/CPCS - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO
PAULO
(Filial 35 - CNPJ N° 11.344.038/0020-60)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS)
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2020-SMS.G/CPCS, CNPJ nº 11.344.038/0020-60, Filial 35 do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde - INTS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2020-SMS.G/CPCS, CNPJ nº 11.344.038/0020-60, Filial 35 do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	3	11.047.223	20.038.863	Fornecedores	9	2.364.309	6.056.082
Contas a receber com restrição	4	117.652.716	116.217.141	Salários, provisões e encargos sociais	10	68.601.792	53.680.322
Adiantamentos	5	1.665.970	4.050.791	Obrigações tributárias	11	1.629.447	1.363.688
Estoques	6	2.095.554	1.738.080	Contratos a executar	12	71.259.652	93.724.532
Repesses a receber	7	3.558.675	3.558.675				
Tributos a recuperar		72.678	223.757				
Despesas antecipadas		71.676	75.855				
Outros ativos		30.704	385.120				
Total dos ativos circulantes		136.195.196	146.288.282	Total dos passivos circulantes		143.855.200	154.824.620
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos recursais e bloqueios judiciais		47.376	37.214	Provisão para riscos processuais	13	2.822.709	836.763
Imobilizado	8	10.435.337	9.335.887				
Total dos ativos não circulantes		10.482.713	9.373.101	Total dos passivos não circulantes		2.822.709	836.763
TOTAL DOS ATIVOS		146.677.909	155.661.383	TOTAL DOS PASSIVOS		146.677.909	155.661.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE - INTS**SACA - SP****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/24	31/12/23
RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receitas com restrição		749.494.597	612.216.961
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		749.494.597	612.216.961
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo com pessoal	14	(499.864.108)	(410.246.665)
Isenção usufruída sobre INSS patronal e PIS sobre folha		(93.937.913)	(80.284.316)
(-) Isenção usufruída sobre INSS patronal e PIS sobre folha		93.937.913	80.284.316
Materiais e medicamentos	15	(14.650.391)	(11.090.187)
Custos diversos	16	(236.372.760)	(193.083.501)
Total		(750.887.259)	(614.420.353)
RESULTADO BRUTO DAS OPERAÇÕES		(1.392.662)	(2.203.392)
RESULTADO FINANCEIRO	17		
Receitas financeiras		1.741.671	2.340.500
Despesas financeiras		(349.009)	(137.108)
Total		1.392.662	2.203.392
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/24	31/12/23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para riscos processuais	1.985.946	836.783
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber com restrição	(1.435.575)	(164.770)
Adiantamentos	2.384.821	(2.765.419)
Estoques	(357.474)	(1.738.000)
Repasses a receber	-	23.982.881
Tributos a recuperar	151.079	9.043
Depósitos recursais e bloqueios judiciais	(10.162)	(2.243)
Despesas antecipadas	4.179	(7.784)
Outros ativos	354.416	(7.390)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(3.691.778)	255.997
Salários, provisões e encargos sociais	14.921.471	2.805.497
Obrigações tributárias	265.766	213.719
Contratos a executar	(22.464.879)	(30.870.000)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(7.892.190)	(7.452.417)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.099.450)	(793.467)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.099.450)	(793.467)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.991.640)	(8.245.623)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.038.863	28.284.486
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.047.223	20.038.863
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.991.640)	(8.245.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde – INTS (“INTS” ou “Instituto”), inscrito no CNPJ sob o nº 11.344.038/0001-06, com base Jurídica no Título II, Capítulos I e II do CCB – Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, é constituído sob a forma de associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de aperfeiçoamento, modernização e efficientização da Administração Pública, por meio de assistência e atendimento à população na área da saúde, assistência social, educação e tecnologia, sem contraprestação dos usuários.

O INTS tem como objetivo:

- Promover a saúde, de forma ampla e universal, por meio da prestação de serviços na saúde em todas as áreas da atenção e do cuidado, não se restringindo ao campo assistencial e curativo;
- Atuar em consonância com os princípios, diretrizes e níveis hierárquicos do Sistema Único de Saúde – SUS;
- Realizar ações que busquem organizar e fortalecer as Redes de Atenção à Saúde por meio da gestão de todos os tipos e níveis de serviços de saúde, públicos ou privados;
- Desenvolver atividades de promoção à saúde, prevenção às doenças e riscos, assistência e reabilitação com foco no indivíduo e na comunidade, através de equipes multidisciplinares formada com profissionais de saúde, administrativos e de apoio logístico qualificados e com postura humanizada;
- Fomentar e incentivar o ensino e expressão dos conceitos de saúde, visando ao benefício do ser humano em todas as suas diferentes formas e da comunidade, por meio da realização de ações educativas, distribuição de material didático, entre outros;
- Desenvolver e aprimorar as ações de ensino e pesquisa nas áreas de saúde, educação e tecnologia;
- Promover e realizar projetos de aprimoramento da educação e do estudo, principalmente na área da saúde, desenvolvendo eventos sociais, educativos e acadêmicos na área da saúde para profissionais com atividades afins ou pessoas que pretendam ingressar na área da saúde;
- Promover a gestão de serviços de saúde, em especial nas Unidades Básicas de Saúde, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência, Unidades de Pronto Atendimento, Clínicas, Programas de Saúde da Família, hospitais, mas a eles não se restringindo;
- Promover o desenvolvimento institucional das entidades de direito público municipal, o estudo da Administração Pública, o desenvolvimento da pesquisa, da ciência, educação e saúde para a promoção dos princípios da Administração Pública;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

- Fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias de software para as áreas de saúde, educação e assistência social;
- Lutar pelo efetivo exercício do direito à educação de qualidade, por meio de sua participação na construção, execução e avaliação de políticas e práticas de gestão democráticas, visando à promoção da qualidade de vida humana sustentável na educação e na sociedade;
- Proporcionar a boa convivência humana e promover a prática associativa no campo da educação, atendendo aos interesses coletivos de caráter educativo, científico e cultural;
- Incentivar a realização de estudos e pesquisas e a difusão de conhecimentos e experiências no campo das políticas públicas, do governo, da educação e da gestão escolar e universitária, assim como dos processos de planejamento e avaliação educacional;
- Estimular e promover a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências educacionais com associações congêneres, instituições, organizações públicas e privadas, tanto nacionais como internacionais;
- Fomentar e participar da ação político-pedagógico no âmbito da sociedade civil organizada, visando promover amplo acesso aos espaços públicos de educação e ao conhecimento acumulado e construído coletivamente nos distintos níveis e modalidades de ensino e aprendizagem.

Imunidade tributária

O Instituto é imune do recolhimento de impostos e contribuições sobre as receitas nas esferas federal, estadual e municipal.

Através da publicação da Portaria nº 534, de 26 de abril de 2019, no Diário Oficial da União – DOU, em 6 de maio de 2019, considerando o Parecer Técnico nº 324/2019 – CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.133707/2018-60, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, o INTS obteve Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, com vigência de 3 (três) anos a contar da data de publicação no DOU, pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101.

O prazo de vigência da certificação foi estendido até 31 de dezembro de 2023, conforme a Portaria da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, nº 895 de 1º de dezembro de 2022, nos termos da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021. Em 28 de dezembro de 2023, a entidade protocolou renovação tempestiva inscrita o processo sob nº 25000.193920/2023-98, para respaldar o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026, o qual encontra-se sob análise.

Com a obtenção do CEBAS o Instituto passou a ser também isenta das contribuições para a seguridade social, incidentes sobre as entidades sem fins lucrativos, INSS e PIS sobre folha de pagamento de salários.

Contratos

O INTS utiliza o sistema de filiais para segregação dos lançamentos efetuados em cada unidade operada pelo Instituto. Os contratos abaixo referem-se aos registros contábeis efetuados na filial 35 – SACA:

Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2020-SMS.G/CPCS

O contrato tem por objeto o Gerenciamento e Execução de Ações e Serviços de Saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde (STS) Santo Amaro/Cidade Adhemar, com vistas a continuidade das atividades prestadas à população, até a finalização do Chamamento Público dentro dos prazos legais, haja vista que anterior Organização Social de Saúde detentora do Contrato de Gestão R017/2015-SMS/NTCSS apresentou formalmente a não intenção de renovação deste Contrato de Gestão após o término da sua vigência.

O contrato possui prazo de vigência de 6 (seis) meses, contados a partir de 1º de outubro de 2020, podendo tal prazo ser extrapolado, mediante justa motivação, acaso presentes os requisitos do Acórdão nº 1.941/2007, Plenário do TCU.

Para execução do contrato foi estabelecido o repasse para o Instituto no valor global estimada em R\$ 164.430.192,10 (cento e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e noventa e dois reais e dez centavos), sendo a estimativa de custo mensal o valor de R\$ 27.405.032,02 (vinte sete milhões, quatrocentos e cinco mil, trinta e dois reais e dois centavos).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Estas demonstrações contábeis, referem-se ao CNPJ 11.344.038/0020-60, Filial 35 do Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde – INTS, Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2020-SMS.G/CPCS. Demonstrações contábeis apresentadas unicamente para fins de atendimento ao disposto no Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2020-SMS.G/CPCS, celebrado entre o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde – INTS e a Prefeitura do Município de São Paulo por meio da Secretaria Municipal da Saúde, não devendo ser utilizado para outras finalidades.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1) Entidade sem finalidade de lucros).

Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

A Administração do Instituto definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis.

Valores com restrição

Representam recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do beneficiário do serviço. Têm uma destinação específica ao objeto do contrato.

2.1. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representa o saldo das parcelas contratuais incorridas.

Repasses a receber

Representam os valores incorridos na execução dos contratos com restrição, não recebidos até as datas dos balanços.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição, representado pelos gastos incorridos na aquisição do bem. Para a avaliação dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

Os estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

Fornecedores

Representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades do Instituto. São reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Salários, provisões e encargos sociais

Representam o montante do pagamento esperado pelo Instituto para o pagamento de uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e que a obrigação pode ser estimada de maneira confiável.

Contrato a executar

Representa o superávit do contrato.

Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

Provisão para riscos

O Instituto é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

Apuração do resultado

Receitas

As receitas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. São contabilizadas simultaneamente pelo mesmo valor da despesa incorrida, reconhecida pelo regime de competência.

Despesas

São reconhecidas pelo regime contábil de competência.

Resultado financeiro

São reconhecidas no resultado pelo regime contábil de competência, utilizando o método de juros efetivos.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e transações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa e julgamento.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros do Instituto são saldos provenientes de transações como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado, classificados na categoria de custo amortizado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Instituto mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

Desreconhecimento

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros do Instituto são representados por fornecedores, classificados na categoria de mensurados ao custo amortizado.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

Subvenções governamentais

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o Instituto obteve Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, com vigência de 3 (três) anos.

Com a obtenção do CEBAS o Instituto passou a ser também imune das contribuições para a seguridade social, incidentes sobre as entidades sem fins lucrativos, INSS e PIS sobre folha de pagamento de salários.

Devido a exigência do órgão responsável pela concessão do CEBAS, o Instituto demonstra em conta de compensação na demonstração do resultado o valor do benefício de isenção do INSS e PIS sobre folha de pagamento de salários.

São reconhecidas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA COM RESTRIÇÃO

	31/12/24	31/12/23
Caixa - com restrição	41.989	41.988
Bancos - com restrição	2.554.733	13.060.583
Aplicações financeiras - com restrição	8.450.501	6.936.292
Total	<u>11.047.223</u>	<u>20.038.863</u>

As aplicações financeiras referem-se principalmente a recursos investidos pelo Instituto em aplicações automáticas de renda fixa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/24	31/12/23
Contas a receber de clientes	117.652.716	116.217.141
Total	117.652.716	116.217.141

5. ADIANTAMENTOS

	31/12/24	31/12/23
Adiantamento a fornecedores	1.573.478	1.384.466
Adiantamento de funcionários	84.198	2.666.325
Outros	8.294	-
Total	1.665.970	4.050.791

6. ESTOQUES

	31/12/24	31/12/23
Material hospitalar	782.891	807.773
Medicamento	363.534	354.623
Material de limpeza e higiene	162.162	41.213
Material de expediente	338.976	317.973
Material de laboratório	258.349	83.300
Outros	189.642	133.198
Total	2.095.554	1.738.080

7. REPASSES A RECEBER

	31/12/24	31/12/23
Serviços executados a faturar	3.558.675	3.558.675
Total	3.558.675	3.558.675

8. IMOBILIZADO

Bens adquiridos com restrição

Representa o ativo imobilizado adquirido com recursos do contratante, a ser devolvido no final do contrato, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/24	31/12/23
Máquinas e equipamentos	2.942.746	2.117.425
Móveis e utensílios	724.512	483.887
Computadores e periféricos	352.609	352.609
Benfeitorias em prédio de terceiros	6.415.470	6.381.966
Total	10.435.337	9.335.887

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Fornecedores de materiais	852.326	1.357.071
Fornecedores de serviços	<u>1.511.983</u>	<u>4.699.016</u>
Total	<u><u>2.364.309</u></u>	<u><u>6.056.087</u></u>

10. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Remuneração líquida a pagar	21.190.149	15.969.127
Rescisões a pagar	48.347	49.290
Encargos sobre folha de pagamento	11.633.412	9.045.682
Provisão de férias e encargos	35.336.485	28.033.792
Outras obrigações trabalhistas	<u>393.399</u>	<u>582.430</u>
Total	<u><u>68.601.792</u></u>	<u><u>53.680.321</u></u>

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
ISS - Imposto Sobre Serviços tomados	99.554	90.548
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	430.123	360.556
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	242.885	233.916
PCC - Pis, COFINS e Contribuição Social	856.885	678.661
Total	<u><u>1.629.447</u></u>	<u><u>1.363.681</u></u>

12. CONTRATO A EXECUTAR

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Repasses a executar (i)	<u>71.259.652</u>	<u>93.724.531</u>
Total	<u><u>71.259.652</u></u>	<u><u>93.724.531</u></u>

(i) Representa o superávit do contrato evidenciado no curso de execução do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em Reais - R\$)

A movimentação da conta de repasses a executar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>124.595.131</u>
Transferência de Direito de execução de contrato	(32.651.024)
Reclassificação do contas a receber com restrição	(31.624)
Ajuste de exercícios anteriores	(10.733)
Outros	135.186
Resultado do contrato de fevereiro a dezembro de 2023	<u>1.687.595</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>93.724.531</u>
Resultado do período	<u>(22.464.879)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>71.259.652</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O Instituto efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

O Instituto possui em 31 de dezembro de 2024 processos de naturezas trabalhista e cível, cujos valores envolvidos e riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos, estão apresentados abaixo:

	Risco de Perda	
	Provável	
	31/12/24	31/12/23
Provisão para riscos trabalhistas	<u>2.822.709</u>	<u>836.763</u>
Total	<u>2.822.709</u>	<u>836.863</u>
	Possível	
	31/12/24	31/12/23
Provisão para riscos cíveis	<u>661.240</u>	<u>4.622.552</u>
Provisão para riscos trabalhistas	<u>2.409.432</u>	<u>1.422.051</u>
Total	<u>3.070.672</u>	<u>6.044.603</u>

A Administração do Instituto, entende que a provisão contabilizada nas demonstrações contábeis no valor de R\$ 2.822.709, referente aos processos classificados como perda provável, é suficiente para as perdas financeiras esperadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em Reais - R\$)

14. CUSTOS COM PESSOAL

	31/12/24	31/12/23
Salários e adicionais	(347.100.180)	(297.735.505)
Honorários médicos	(59.133.654)	(33.183.527)
Encargos sociais	(30.882.086)	(27.456.363)
Benefícios	(62.748.188)	(51.871.270)
Total	<u>(499.864.108)</u>	<u>(410.246.665)</u>

15. CUSTOS COM MATERIAIS E MEDICAMENTOS

	31/12/24	31/12/23
Medicamento	(2.949.524)	(2.282.383)
Materiais para atendimento	(3.580.311)	(2.809.214)
Materiais diversos	(8.120.556)	(5.998.590)
Total	<u>(14.650.391)</u>	<u>(11.090.187)</u>

16. CUSTOS DIVERSOS

	31/12/24	31/12/23
Atendimento hospitalar	(99.952.147)	(83.137.381)
Segurança, conservação e limpeza patrimonial	(51.285.277)	(36.203.531)
Aluguel de móveis, máquinas e equipamentos	(32.736.183)	(27.954.537)
Rateio de despesas administrativas	(23.943.695)	(23.554.228)
Alugueis, condomínios e utilidades	(10.203.794)	(8.833.492)
Engenharia e manutenção de máquinas e equipamentos	(7.869.439)	(6.841.413)
Administrativo, tecnologia e comunicação	(4.522.338)	(3.498.635)
Provisão para riscos	(1.985.946)	-
Advocatícios, Auditoria e consultoria	(1.430.585)	(1.274.262)
Impostos e taxas	(725.921)	(687.626)
Viagens, transportes e fretes	(356.340)	(74.834)
Manutenção, revisão e outros custos com veículos	(175.040)	(261.136)
Aquisição de imobilizado com restrição	-	(136.085)
Outros custos	(1.186.055)	(626.341)
Total	<u>(236.372.760)</u>	<u>(193.083.501)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.705.374	2.306.736
Descontos obtidos	9.110	33.764
Outras receitas financeiras	27.187	-
Total	<u>1.741.671</u>	<u>2.340.500</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre pagamentos em atraso	(325.638)	(91.862)
Tarifas bancárias	(23.371)	(45.246)
Total	<u>(349.009)</u>	<u>(137.108)</u>
Total resultado financeiro	<u>1.392.662</u>	<u>2.203.392</u>

18. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto possui apólice de seguro para imóveis relacionados às operações do Contrato de Gestão Emergencial nº 024/2020-SMS.G/CPCS. A cobertura inclui riscos usuais do mercado, como incêndio, roubos, danos estruturais e outros eventos que possam comprometer a integridade dos imóveis.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos de mercado a que o Instituto está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Instituto incorrer em perdas resultantes da escolha dos bancos para custodiar os recursos monetários.

O Instituto trabalha com instituições financeiras de primeira linha e entende que desta forma minimiza os riscos destas natureza.

Risco de penalidades contratuais

A contratante em qualquer momento, poderá rescindir o contrato de gestão, em nome do interesse público, se verificado o descumprimento dos princípios basilares da Administração Pública, com a aplicação das penalidades previstas no contrato de gestão, assegurando ao Instituto o direito ao contraditório e a ampla defesa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais - R\$)

A administração do Instituto monitora este risco, gerenciando os procedimentos, processos e controles internos utilizados, para que o contrato seja executado de acordo com os princípios basilares da Administração Pública.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. O Instituto tem como prática não ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos a ocorrer em data próxima do balanço.

A Administração julga ser baixa qualquer exposição a riscos financeiros visto que os principais passivos financeiros do Instituto referem-se a contas a pagar a fornecedores. Adicionalmente, os ativos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa referem-se a depósitos à vista e aplicações financeiras de renda fixa em bancos de primeira linha.

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração do Instituto autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis 18 de março de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

Assinado eletronicamente por:
José Jorge Urpia
CPF: ***.126.815-**
Data: 19/03/2025 09:23:33 -03:00



José Jorge Urpia Lima
Presidente
CPF:123.126.815-87

Assinado eletronicamente por:
Adoilson dos Santos Cardoso
CPF: ***.555.555-**
Data: 19/03/2025 08:59:53 -03:00



Adoilson dos Santos Cardoso
Contador
CRC 1 -BA 044690/O-1



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: BNJLW-Z8RMF-9F39F-FEFQA

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Adoilson dos Santos Cardoso (CPF ***.555.555-**) em 19/03/2025 08:59 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
190.15.109.82	Não disponível
Autenticação	adoilsoncardoso@ints.org.br (Verificado)
Login	
5Xua8dmw7Qab8wH0UaejC8Sc+THlioggoLtqyMKXANw=	
SHA-256	

- ✓ José Jorge Urpia (CPF ***.126.815-**) em 19/03/2025 09:23 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.143.113.58	Não disponível
Autenticação	jorgeurpia@ints.org.br (Verificado)
Login	
3qvvBT0+Wm0ldqBfyysN6eXGbfI0E5hsFUDZgsWjscA=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://mundo.easydocmd.com.br/validate/BNJLW-Z8RMF-9F39F-FEFQA>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://mundo.easydocmd.com.br/validate>